



Plenário do Congresso Revisor: à espera de liderança "clarividente" no Planalto que tenha legitimidade para governar e conte com apoio parlamentar para conectar sistema político, mercado e Estado

Novo governo terá de vencer desafios da reforma

Federação, previdência, tributação e economia são os principais pontos a enfrentar em 1995

PAMELA NUNES

Decretado o fracasso da revisão constitucional formou-se um consenso entre as lideranças políticas no Congresso: o próximo presidente da República, seja ele quem for, não governará sem mudanças nos gargalos da Constituição. Até por isso, partidos que foram a favor e os que estiveram contra as reformas da Carta se unirão na busca de uma fórmula que garanta uma nova revisão em 1995. No rol das providências inadiáveis para o País, líderes políticos, empresários e economistas apontam como essenciais a redefinição do pacto federativo, a reforma da previdência, do sistema tributário e na Ordem Econômica.

Os liberais do Congresso defendem o que chamaram de *desconstitucionalização* da Carta. O relator da revisão, deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), com o apoio do PFL, do PPR e de parte do PMDB optou por transformar a Constituição brasileira em uma espécie de carta de

princípios, deixando para a legislação ordinária ou complementar a regulamentação de cada matéria.

A idéia animou setores importantes do Parlamento, mas encontrou forte resistência nas esquerdas, principalmente no PT, partido que até admitia negociar pontos da Ordem Econômica, desde que não se mexesse na questão dos monopólios da União. Com um eventual aumento na bancada petista no próximo Congresso, a proposta de enxugamento do texto constitucional vai transitar com muitas dificuldades. "Não temos que mexer no que está correto," repetia nas reuniões para o entendimento, o líder do PT na Câmara, José Fortunatti (RS). O deputado Francisco Dornelles (PPR-RJ), rebatia: "Uma Constituição não pode engessar um governo." O conflito entre estatizantes e privatistas, entre nacionalistas e liberais dificilmente será resolvido a não ser na medição de força, por meio do voto, indepen-

dente da configuração do Congresso que assume em 1995.

A redefinição do Pacto Federativo é apontada como imperiosa para desobstruir os canais do Estado. A proposta da relatoria para este ponto da Constituição sequer foi discutida, mas até mesmo os "contras" admitem que todas as reformas estruturais de que o País necessita de-

pende do redesenho do Estado, com uma nova distribuição de competências e atribuições entre União, Estados e Municípios. Só depois disso será possível rever o atual sistema previdenciário através de propostas que evitem a acumulação de aposentadorias e proventos às custas do estado e que crie mecanismos para reduzir o déficit orçamentário. O próximo passo na reforma estrutural do Brasil então seria na área tributária, dentro do princípio de que é preciso gastar menos e arrecadar mais.

A questão tributária é, de longe, a mais polêmica quando se fala em

reformas estruturais. É que a matéria transcende o Congresso e vai atingir diretamente governadores e prefeitos que, imediatamente, se mobilizam e devolvem eventuais peditos aos congressistas sob a forma de pressão política. A comissão especial formada por Jobim para discutir o sistema tributário sofreu bombardeios dos secretários de Fazenda que monitoraram todo o trabalho dos parlamentares, derrubando qualquer iniciativa que pudesse significar perda de receita ou diminuição da capacidade de legislar sobre matéria tributária. Ano que vem mudam apenas os governadores, não este quadro. Também este será um tema a demandar intrincadas negociações para se obter algum avanço no sentido de simplificar o sistema tributário, diminuindo o número de impostos e modernizando a máquina administrativa, que a análise de conteúdo das propostas apresentadas à revisão demonstrou ser consenso. Mas o deputado Gustavo Krause definiu bem: "O problema é que cada um tem na cabeça uma reforma tributária."

Quando ainda era ministro da Fazenda, o senador e candidato do PSDB-PFL à Presidência, Fernando Henrique Cardoso, enviou ao Congresso Revisor, as propostas do go-

verno para o sistema tributário. As emendas preparadas pela atual equipe econômica — portanto fundamentais para o sucesso do programa de estabilização da Economia — revê o desenho do Estado.

As propostas de Cardoso se identificam com as posições defendidas na revisão pelo PFL e PPR. E amarram a continuidade do Plano FHC qualquer que seja o sucessor de Itamar Franco. O conceito de empresa nacional, por exemplo, pode até permanecer intacto, mas acabam as

discriminações ao capital estrangeiro. O princípio da estabilidade do servidor público é arranhada com sutileza. Cardoso transfere aos municípios a alternativa de privatizar os serviços de saúde, educação. O conceito de estabilidade é abalado ao propor a perda da estabilidade "no interesse público, segundo critérios previstos em lei complementar." Da mesma forma, a disponibilidade remunerada para o servidor estável deixa, pela proposta de Cardoso, de ser uma garantia constitucional.

IDEIA É DEIXAR DISCUSSÃO PARA LEI ORDINÁRIA

RESUMO

- O processo presidente da República não governará sem mudanças nos gargalos da Constituição.
- É essencial redefinir o pacto federativo, fazer a reforma da previdência, do sistema tributário e da Ordem Econômica.

- Com o eventual aumento da bancada petista no Congresso, a proposta de enxugar o texto da Constituição transitará com dificuldades.
- As reformas estruturais dependem do redesenho Estado, com redistribuição de tarefas.